



REGIÃO 02  
**INSTRUÇÕES GERAIS**

- 1 - Este caderno de prova é constituído por 40 (quarenta) questões objetivas.
- 2 - A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas.
- 3 - Para cada questão, são apresentadas 04 (quatro) alternativas (a – b – c – d).  
**APENAS UMA delas** responde de maneira correta ao enunciado.
- 4 - Após conferir os dados, contidos no campo Identificação do Candidato no Cartão de Resposta, assine no espaço indicado.
- 5 - Marque, com caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, conforme exemplo abaixo, no Cartão de Resposta – único documento válido para correção eletrônica.  

(a)    ●    (c)    (d)
- 6 - Em hipótese alguma, haverá substituição do Cartão de Resposta.
- 7 - Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- 8 - O preenchimento do Cartão de Resposta deverá ser feito dentro do tempo previsto para esta prova, ou seja, 04 (quatro) horas.
- 9 - Serão anuladas as questões que tiverem mais de uma alternativa marcada, emendas e/ou rasuras.
- 10 - O candidato só poderá retirar-se da sala de prova após transcorrida 01 (uma) hora do seu início.

***BOA PROVA!***



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

**1.** O Art. 16. da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, de nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece que o sistema federal de ensino compreende instituições e órgãos de educação. Qual das alternativas, a seguir, apresenta a enumeração correta desses espaços?

- a) as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de educação superior criadas e mantidas pelo Estado e os órgãos federais de educação.
- b) as instituições de ensino mantidas pela União, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação.
- c) as instituições de ensino mantidas pelo Estado, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos autárquicos de suporte educacional.
- d) as instituições de ensino mantidas pelo Estado, as instituições de educação fundamental e superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos autárquicos de suporte educacional.

**2.** O Art. 35-A, desta mesma Lei, 9394/96, trata da Base Nacional Comum Curricular e define direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, em áreas do conhecimento. As áreas citadas no texto legal estão corretamente apontadas em:

- a) I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências sociais e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e suas tecnologias.
- b) I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências humanas e suas tecnologias; IV - Ciências socioambientais e suas tecnologias.
- c) I - Linguagens de sinais e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências humanas e suas tecnologias; IV - Ciências sociais aplicadas.
- d) I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e sociais aplicadas.

**3.** Leia o trecho a seguir e complete a lacuna.

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera a Lei no 9.394/96. Em seu Art. 4, inciso II, estabelece que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de "educação infantil gratuita às crianças de até \_\_\_\_\_."

A afirmação que completa corretamente a lacuna é:

- a) 3 (três) anos de idade
- b) 4 (quatro) anos de idade
- c) 5 (cinco) anos de idade
- d) 6 (seis) anos de idade

**4.** Na lei 9.394/96, em seu artigo 62, encontra-se o seguinte regulamento:

- a) "formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 4 (quatro) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal."
- b) "formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal."
- c) "formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de bacharelado, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 4 (quatro) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal."
- d) "formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de bacharelado, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal."

**5.** A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Na seção II, intitulada Das Finalidades e Características dos Institutos Federais, Art. 6, são enumeradas as finalidades e características dos Institutos Federais.

Uma dessas finalidades e características é

- a) ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- b) ofertar educação profissional e tecnológica, em nível médio, profissionalizante, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional do indivíduo, nos diversos itinerários formativos apresentados pelo Ministério da Educação, fortalecendo a educação nacional.
- c) ofertar educação em nível superior e médio, na área profissional, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional na área tecnológica da economia, com ênfase no desenvolvimento econômico nacional.
- d) ofertar educação em nível superior e profissional, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia local, com ênfase no desenvolvimento da sociedade civil.

- 6.** A Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Em seu Art. 4º, versa que “O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir”:
- a) a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.
  - b) a inclusão nos cursos de formação de Professores, de Pedagogia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.
  - c) a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Letras e de Pedagogia, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.
  - d) a inclusão nos cursos de formação de Professores, de Letras e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.
- 7.** A Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. O artigo 3º aponta as prioridades da administração pública federal para o período 2016-2019. São elas:
- a) I - as metas inscritas no Plano Nacional de Políticas Públicas; II - o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico; e III - o Plano Brasil sem Miséria - PBSM, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico.
  - b) I - as metas inscritas no Plano Nacional de Educação; II - o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico; e III - o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico.
  - c) I - as metas inscritas no Plano Nacional de Políticas Públicas; II - o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico; e III - o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico.
  - d) I - as metas inscritas no Plano Nacional de Educação; II - o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico; e III - o Plano Brasil sem Miséria - PBSM, identificado nas leis orçamentárias anuais por meio de atributo específico.

- 8.** A resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. No art. 3º, é descrita a definição de competência no âmbito da BNCC. Nessa resolução, competência é definida como
- a) a mobilização de procedimentos (conceitos e conhecimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
  - b) a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
  - c) a mobilização de conceitos (habilidades e procedimentos), conhecimentos (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
  - d) a mobilização de conceitos (habilidades e atitudes), conhecimentos (práticas cognitivas e socioemocionais), procedimentos e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.
- 9.** A Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 aprova o Plano Nacional de Educação e discorre em seu art. 5º que a execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias, elencadas pelo artigo na seguinte ordem:
- a) I - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; II - Ministério da Educação - MEC; III - Conselho Nacional de Educação - CNE; IV - Fórum Nacional de Educação.
  - b) I - Ministério da Educação - MEC; II - Fórum Nacional de Educação; III - Conselho Nacional de Educação - CNE; IV - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.
  - c) I - Ministério da Educação - MEC; II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; III - Conselho Nacional de Educação - CNE; IV - Fórum Nacional de Educação.
  - d) I - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; II- Ministério da Educação - MEC; III - Fórum Nacional de Educação; IV - Conselho Nacional de Educação - CNE.

**10.**A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com a publicação disponível no portal do MEC, é

- a) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de diretrizes essenciais para infância e adolescência que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Fundamental, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).
- b) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).
- c) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de diretrizes essenciais para infância e adolescência que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Fundamental, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Conselho Nacional de Educação (CNE).
- d) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Conselho Nacional de Educação (CNE).

**11.**O MedioTec é uma ação da Setec que visa a ofertar

- a) cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante para o aluno das redes públicas estaduais e distrital de educação, matriculado no ensino médio regular.
- b) cursos de educação profissional técnica de nível médio na forma integrada para o aluno das redes públicas municipais, estaduais e distrital de educação, durante o ensino médio regular.
- c) cursos profissionalizantes, em área de seu interesse, para o aluno oriundo das redes públicas estaduais e distrital de educação, que tenha cursado o ensino médio regular e que esteja fora do mercado de trabalho.
- d) cursos profissionalizantes, em área de seu interesse, para o aluno das redes públicas estaduais e distrital de educação, matriculado na EJA e que esteja fora do mercado de trabalho.

**12.A** Educação Profissional e Tecnológica prevê a possibilidade de reconhecimento de saberes profissionais desenvolvidos em experiências de trabalho ou de estudos formais e não formais.

Essa ação consiste no fato de que o reconhecimento de saberes envolve

- a) a certificação profissional, segundo itinerário formativo coerente com os históricos profissionais dos cidadãos, podendo ser utilizado para fins de continuidade de estudos ou para fins de trabalho.
- b) a atualização profissional, segundo itinerário formativo coerente com os históricos de vida dos cidadãos, podendo ser utilizado para fins de continuidade de estudos ou para fins de trabalho.
- c) a formação profissional em nível médio, segundo itinerário formativo coerente com os históricos de vida dos cidadãos, podendo ser utilizado para fins de continuidade de estudos ou para fins de trabalho.
- d) a atuação profissional, segundo a experiência de vida dos cidadãos, podendo ser utilizada para fins de continuidade de estudos ou para fins de trabalho.

**13.**O itinerário formativo previsto no quadro de oferta da Educação Profissional e Tecnológica foi pensado de forma a permitir ao trabalhador e/ou estudante construir seu trajeto formativo de acordo com suas necessidades. Para tanto, os cursos de educação profissional e tecnológica se organizam por eixos tecnológicos para viabilizar o avanço nos níveis de certificação dentro de uma mesma área tecnológica e de acordo com o perfil profissional de conclusão reconhecido no mercado de trabalho. No Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), os cursos são organizados dentro de eixos.

Das alternativas abaixo, qual delas contempla apenas o nome de eixos existentes neste documento?

- a) Infraestrutura; Arsenal Bélico; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design.
- b) Religião e Cultura; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar.
- c) Produção Industrial; Recursos Hídricos; Segurança e Turismo; Hospitalidade e Lazer.
- d) Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios.

**14.**Os cursos de educação profissional e tecnológica (EPT) previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são:

- a) Educação Profissional Técnica de Nível Fundamental; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Educação Profissional Tecnológica de graduação.
- b) Educação Profissional Técnica de Nível Básico; Educação Profissional Técnica de Nível Superior; Educação Profissional Técnica em nível de pós-graduação.
- c) Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação.
- d) Formação Inicial e Continuada em Nível Fundamental e Médio; Educação Profissionalizante em Tecnologia; Educação Profissional concomitante ao ensino médio.



**15.** São os órgãos normatizadores da Educação Profissional e Tecnológica no Nível da União:

- a) Presidência da República; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Ministério da Educação.
- b) Presidência da República; Câmara dos Deputados e Senado Federal; Ministério da Educação; Órgãos próprios das respectivas Redes e Instituições de Ensino.
- c) Congresso Nacional; Conselho Nacional de Educação; Ministério da Educação; Órgãos próprios das respectivas Redes e Instituições de Ensino.
- d) Congresso Nacional; Conselho Nacional de Educação; Ministério da Educação; Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)

**16.** A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual tem o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Os resultados dessa avaliação constituirão referencial básico dos processos de

- a) regulação e supervisão da educação superior, compreendendo o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.
- b) regulação e supervisão da educação superior, compreendendo o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, o reconhecimento e a criação de cursos de graduação e de sistemas de acesso.
- c) credenciamento das Instituições de Educação Superior, aprovando a criação de Faculdades Integradas, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.
- d) credenciamento das Instituições de Educação Superior, aprovando a criação de Faculdades Integradas, a autorização, o reconhecimento e a criação de cursos de graduação e de sistemas de acesso.

**17.** "O planejamento é uma ação de antecipação do futuro, de olhar o momento atual e de projetar como se quer estar amanhã." Essa afirmação está contida no livro Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar. Na esfera da União, através do Ministério da Educação, há dimensionamentos de ações com essas finalidades como o Plano Nacional da Educação (PNE), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O PNE, enquanto um plano de Estado, tem por finalidade estabelecer as prioridades e estratégias para a Educação nacional para um período de

- a) dez anos, norteando a elaboração dos Planos Estaduais de Educação e Municipais de Educação (PMEs), buscando articulação e coerência entre os três entes federados.
- b) vinte anos, norteando a elaboração dos Planos Estaduais de Educação e Municipais de Educação (PMEs), buscando articulação e coerência entre os três entes federados.
- c) dez anos, norteando a elaboração dos Planos Estaduais de Educação e Municipais de Educação (PMEs), buscando estabelecer hierarquia entre os três entes federados.
- d) vinte anos, norteando a elaboração dos Planos Estaduais de Educação e Municipais de Educação (PMEs), buscando estabelecer hierarquia entre os três entes federados.

**18.** Leia o texto a seguir e complete a lacuna.

O Ministério da Educação, cumprindo a sua função de coordenação federativa, estimula a colaboração entre os sistemas de ensino. Suas ações contribuem para a obtenção das metas do Plano Nacional de Educação, bem como dos Planos Subnacionais de Educação, ao propor políticas e programas a todos os níveis e modalidades de ensino. A Meta 2 intenta "Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos \_\_\_\_\_ dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE."

A afirmação que completa corretamente a lacuna é:

- a) 65% (sessenta e cinco por cento)
- b) 75% (setenta e cinco por cento)
- c) 85% (oitenta e cinco por cento)
- d) 95% (noventa e cinco por cento)

**19.** A Meta 10 do Plano Nacional de Educação prevê

- a) elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.
- b) universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).
- c) valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.
- d) oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

**20.** Marcelo Soares Pereira da Silva no seu texto – Planejamento: concepções – aponta que o planejamento participativo não possui um caráter meramente técnico e instrumental. Parte de uma leitura de mundo crítica e aponta para a construção coletiva da escola e da própria sociedade.

O planejamento participativo traz, segundo o autor, duas dimensões fundamentais:

- a) o trabalho coletivo e o compromisso com objetivos e metas.
- b) o trabalho intermitente e o compromisso com objetivos e metas.
- c) o trabalho coletivo e o compromisso com a transformação social.
- d) o trabalho intermitente e o compromisso com a transformação social.

**21.** Leia o texto a seguir e complete a lacuna.

Segundo Marcelo Soares Pereira da Silva no texto Planejamento: concepções, "[...] a escola pode desempenhar o papel de instrumento de reprodução do modelo de sociedade dominante, à medida que reproduz no seu interior: \_\_\_\_\_."

- a) o individualismo, a fragmentação social e uma compreensão ingênua e pragmática da realidade, do conhecimento e do próprio homem.
- b) o individualismo, a integração social e uma compreensão aguçada e subjetiva da realidade, do conhecimento e do próprio homem.
- c) a competitividade, a integração social e uma compreensão aguçada e subjetiva da realidade, do conhecimento e do próprio homem.
- d) a competitividade, a fragmentação social e uma compreensão ingênua e pragmática da realidade, do conhecimento e do próprio homem.

**22.** Sandra M. Zákia L. Sousa, no texto Avaliação institucional: elementos para discussão, aponta que o processo de avaliação escolar deve revestir-se de características, para que tenha o potencial de contribuir com o aperfeiçoamento das ações em desenvolvimento.

As características, citadas pela autora, agregam o ser

- a) democrático, comunicativo, interativo e contínuo.
- b) popular, comunicativo, participativo e sequencial.
- c) democrático, abrangente, participativo e contínuo.
- d) popular, abrangente, interativo e sequencial.

**23.** São Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

- a) Brasil Carinhoso, Programa Nacional de Tecnologia Educacional e Programa Banda Larga nas Escolas.
- b) Programa Fundo de Amparo ao Trabalhador, Programa Nacional de Tecnologia Educacional e Programa Jovem aprendiz.
- c) Brasil Carinhoso, Programa Nacional de Tecnologia Educacional e Programa Jovem aprendiz.
- d) Programa Fundo de Amparo ao Trabalhador, Programa Nacional de Tecnologia Educacional e Programa Banda Larga nas Escolas.

**24.** Em que consiste o Sistema de Controle de Material Didático (SIMAD) do FNDE?

- a) Permite o cadastramento de livros didáticos e literários para a análise dos docentes, da rede pública municipal e estadual, com a finalidade de disponibilizar materiais pertinentes ao Programa do Livro na Escola (PLE).
- b) Permite o cadastramento de livros didáticos e literários, destinado à análise dos docentes, da rede pública federal, com a finalidade de disponibilizar materiais pertinentes ao Programa do Livro na Escola (PLE).
- c) Permite o cadastramento e a inscrição de empresas e materiais didáticos e literários destinados às Escolas Públicas, municipais, estaduais e federais, interessadas em participar dos Programas do Livro.
- d) Permite o cadastramento e a inscrição de empresas e materiais didáticos e literários destinados às pessoas jurídicas, detentoras de direitos autorais, interessadas em participar dos Programas do Livro.

**25.** Os programas Suplementares do FNDE agregam ações educacionais de adesão voluntária que auxiliam a manutenção e o desenvolvimento da educação em níveis ou modalidades específicas, cuja gestão fica a cargo das secretarias do Ministério da Educação (MEC).

Os programas suplementares destinados à Educação de Jovens e Adultos (EJA) são:

- a) Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), Programa Brasil Carinhoso e Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).
- b) Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo – Saberes da Terra).
- c) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Urbano) e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo – Saberes da Terra).
- d) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), Programa Brasil Carinhoso e Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo).

**26.** O artigo de Souza (2005) promove uma discussão acerca dos objetivos da avaliação. Ao questionar: “[...] quando na prática pedagógica avaliamos os nossos alunos, o que estamos pretendendo com isto?”, o autor afirma que o objetivo de avaliar os alunos é

- a) definir quais serão promovidos para a série seguinte e quantificar quantos serão retidos.
- b) verificar a defasagem existente naquela série em que se encontram e recolocá-los, se for o caso, na série adequada.
- c) conhecer o que eles sabem, o quanto sabem e o quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos.
- d) planejar para trabalhos multi e interdisciplinares dentro do espaço escolar.

**27.** Souza (2005) destaca que a “avaliação institucional [...] procura dar uma base mais sólida para que os problemas sejam resolvidos, sejam eles os que ocorrem em uma classe, ou os que ocorrem na escola, ou na rede/sistema de ensino.” As instâncias como a “[...] Conferência Local da Educação e o Conselho de Escola [são] as instituições responsáveis pela condução da avaliação institucional da escola.”

Segundo esse autor, o Conselho de Escola tem a tarefa de

- a) acompanhar e avaliar o cotidiano das ações produzidas no Conselho Municipal de Educação nos planos pedagógico, administrativo, financeiro, político ou institucional.
- b) acompanhar e avaliar o cotidiano das ações produzidas na escola nos planos pedagógico, administrativo, financeiro, político ou institucional.
- c) planejar o cotidiano das ações produzidas no Conselho Municipal de Educação nos planos pedagógico, administrativo, financeiro, político ou institucional.
- d) planejar o cotidiano das ações produzidas na escola nos planos pedagógico, administrativo, financeiro, político ou institucional.

**A ditadura dos “likes”**

*Necessidade de estímulos positivos vicia. E muita gente se vê obrigada a repetir esse comportamento*

Lola Morón

Estamos todos expostos \_\_\_ crítica social, especialmente se propagamos voluntariamente nossas intimidades. Bem o sabem os *instagramers*, blogueiros e *youtubers*, que muitas vezes oferecem a imagem da felicidade plena e da verdade absoluta em suas redes sociais. Vindos do universo virtual, essas celebridades ditam gostos e opiniões, são os chamados *influencers*. A possibilidade de ser conhecido nunca foi tão acessível como agora, e os usuários anônimos que cada dia dedicam mais tempo a ser observados, admirados e valorizados já se contam aos milhões. As pessoas gostam de gostar. E a capacidade de difusão da internet oferece a muito mais gente a possibilidade de gostar. Mas, ao mesmo tempo, nos submete \_\_\_ ditadura da observação constante, o que nos impele a evitar cometer erros que possam ser notados e divulgados. O que antes se limitava a um instante e a um grupo reduzido de pessoas, agora tem uma audiência potencial permanente e ilimitada. De onde surge essa necessidade de agradecer?

Parte de nossa identidade – especialmente na puberdade e na adolescência – é configurada pela relação com nossos pares. Configuramos nossa personalidade de acordo com a forma como nos sentimos conosco e com as opiniões que recebemos do mundo exterior. O que os outros pensam ao nosso respeito é um dos fatores determinantes na construção do nosso caráter. As novas tecnologias nos oferecem a possibilidade de desenhar um novo eu, o digital, que podemos idealizar e controlar: escolhemos o que mostrar, que imagem dar. Mas a criação e a manutenção dessa aparência tem um preço: executar a melhor interpretação da nossa vida perde valor se não houver um público que a observe, se não for divulgada. Precisamos de seguidores. O verdadeiro valor do “curtir” é confirmar que nossas ações são observadas e avaliadas positivamente. Isso nos faz sentir o prazer da vitória, do objetivo alcançado. Quando mostramos uma faceta de nós mesmos e recebemos um *feedback* que a valida, os circuitos cerebrais do reforço são ativados, o que nos faz querer mais. E isso acaba funcionando como uma droga.

Cada nova curtida reforça um comportamento que nos leva a repeti-la; precisamos de mais e mais e mais, como acontece com qualquer vício. O impacto das imagens de felicidade e perfeição é efetivo. O público quer ver aquilo que não tem, estendendo o valor do instante para sua vida: se uma pessoa sai sorrindo em todas as fotos, isso significa que ela é feliz. Para que nossa imagem digital corresponda ao que desejamos ser, só se tem de fazer isso: mostrar felicidade, embora esta se assente sobre a desgraça de viver por e para a captura desse momento. Hoje somos vítimas da tirania da popularidade e do otimismo, uma derivada direta do culto ao cinismo. A importância de uma foto é medida por seus *likes*, de uma ideia por seus retuítes e de uma pessoa por seu número de seguidores. O alcance de uma opinião pessoal, de uma crítica, já não se limita ao ambiente em que se manifesta, nem esse escrito se relega a uma estante \_\_\_ qual, talvez, vamos nos dirigir anos mais tarde para ler com rubor aquilo que um dia consideramos. Agora, o público é contado na casa dos milhões. E já nada é transitório.

Por tudo isso, corremos o risco de viver em uma pose constante. Não é permitido se zangar, ter um dia ruim ou estar de mau humor. A indiferença não tem lugar em um mundo que dá tanto valor ao posicionamento e, se possível, ao posicionamento explícito, próximo do radicalismo. Entre os desafios mais urgentes que isso acarreta, destaca-se a necessidade de assumir a incontrolável esfera de influência \_\_\_ que nossos menores estão submetidos, seres humanos que ainda estão coletando dados para formar sua própria opinião. Nunca foi tão fácil para uma criança ou adolescente ter acesso a argumentos extremistas esgrimidos por falsos profetas vociferantes.

O que acontece quando os valores que se compram e se vendem para conseguir ser alguém influente são simplificados até a frivolidade do ser humano? Onde está o sujeito pensante e autônomo, a pessoa com capacidade de reflexão, decisão e criação de um sistema ideológico independente e adaptado a um contexto social mais ou menos normativo? Os jovens hoje percebem as ideias de ídolos da canção, dos videogames, do esporte, da moda ou

da beleza sem diferenciar se esses indivíduos sabem do que estão falando quando emitem opiniões sobre assuntos sobre os quais, em muitas ocasiões, não têm argumentos. Nessa era, podemos ir dormir como sujeitos anônimos e acordar na manhã seguinte sendo *trending topic*; só é necessário que uma pessoa com um número suficiente de seguidores nos relacione com algum fato escandaloso e num tom extravagante ou agressivo o suficiente para desencadear o efeito retuíte. Para o bem ou para o mal, na sociedade de hoje somos todos público, mas também somos todos audíveis. Não \_\_\_ descanso.

O mundo nos observa e nos divulga. A verdade não importa necessariamente. Muitas vezes, a retificação de uma calúnia obterá um número de retuítes comparativamente desprezível. Os adultos, como os mais jovens, também acumulam curtidas e tendem a estabelecer regras sobre as coisas cujo conteúdo mais “curtimos”. Contabilizamos seguidores e ficamos chateados quando os perdemos. Os palestrantes não são mais valorizados por seus conhecimentos ou publicações acadêmicas, mas pelo número de seguidores que possuem no *Twitter*. E isso pode depender mais da simpatia do seu cachorro e do partido que você for capaz de tirar disso do que de ter um conhecimento sólido sobre o conteúdo do painel para o qual você foi convidado. Não importa mais quais conclusões foram tiradas do debate. A magia termina quando o número de pessoas que participaram do evento é contabilizado. Como gerenciar e controlar esse vício? Aqui, chamo \_\_\_ autoridades a legislar e os filósofos a filosofar. Não se pode dar um telefone celular a uma criança e depois tirá-lo. Devemos reconsiderar, nos adiantar aos acontecimentos.

Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/11/eps/1523439393\\_286283.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/11/eps/1523439393_286283.html)> Acesso em: 27 nov. 2018. (Texto adaptado).

**28.** Avalie as afirmações a seguir, referentes ao primeiro parágrafo do texto, marcando (V), para as verdadeiras, e (F), para as falsas.

- ( ) Embora nos atenhamos a viver discretamente, não somos isentos da crítica de outrem.
- ( ) *Influencers* são celebridades do meio virtual que apontam tendências e estilos, desnudam suas vidas em redes sociais e outorgam a felicidade.
- ( ) Em “gostam de gostar”, há uma expressão pleonástica viciosa, cuja redundância tem por objetivo enfatizar o hábito estimulado pelas redes sociais de apreciar, adorar, prezar.
- ( ) A exposição constante em redes sociais provoca autocensura, sob pena de delações dos lapsos.

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) V – F – F – V.
- b) F – V – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) F – F – V – F.

**29.** Observe os seguintes trechos:

E muita gente se vê obrigada a repetir esse comportamento. (Subtítulo)

...o que nos impele a evitar cometer erros que possam ser notados e divulgados. (1º parágrafo)

Hoje somos vítimas da tirania da popularidade e do otimismo... (3º parágrafo)

Não é permitido se zangar, ter um dia ruim ou estar de mau humor. (4º parágrafo)

Com base nesses excertos, levando também em consideração o conteúdo integral do texto, depreende-se que as pessoas

- a) são coibidas a se expor nas redes sociais sob pena de aniquilamento social.
- b) são coagidas a desvelar suas vidas nas redes sociais, para não serem socialmente invisibilizadas.
- c) são docilmente subjugadas pelo fascínio da valorização pessoal nas redes sociais.
- d) são irremediavelmente compelidas a se tornar visíveis nas redes sociais, a fim de angariar adoradores.

**30.** Leia o trecho a seguir:

Nunca foi tão fácil para uma criança ou adolescente ter acesso a argumentos extremistas esgrimidos por falsos profetas vociferantes. (4º parágrafo)

Qual das sentenças a seguir apresenta reescrita do trecho sem alteração do sentido original?

- a) Atualmente as crianças e os adolescentes estão expostos a manifestações radicais propaladas loquazmente por pseudo proclamadores de verdades.
- b) É notória a facilidade com que nossas crianças e adolescentes obtêm falsas premissas de pessoas que, aos brados, defendem posições limítrofes.
- c) Crianças e adolescentes têm ao seu alcance atualmente posicionamentos ferrenhos impostos por sujeitos medíocres que agem como se fossem emissários divinos.
- d) Pensamentos radicais defendidos bravamente por sujeitos pseudo detentores da sabedoria estão disponibilizados, de forma nunca antes vista, a crianças e adolescentes.

**31.** Em qual das sentenças abaixo o paralelismo não foi empregado adequadamente?

- a) Bem o sabem os *instagramers*, blogueiros e *youtubers*, que muitas vezes oferecem a imagem da felicidade plena e da verdade absoluta em suas redes sociais. (1º parágrafo)
- b) Configuramos nossa personalidade de acordo com a forma como nos sentimos conosco e com as opiniões que recebemos do mundo exterior. (2º parágrafo)
- c) ...só é necessário que uma pessoa com um número suficiente de seguidores nos relacione com algum fato escandaloso e num tom extravagante ou agressivo o suficiente para desencadear o efeito retuíte. (5º parágrafo)
- d) E isso pode depender mais da simpatia do seu cachorro e do partido que você for capaz de tirar disso do que de ter um conhecimento sólido sobre o conteúdo do painel para o qual você foi convidado. (6º parágrafo)

**32.** No 1º, 3º, 4º, 5º e 6º parágrafos, o correto preenchimento das lacunas é realizado, respectivamente, por meio da sequência presente em

- a) à - à - à - a - há - as.
- b) a - a - a - a - a - as.
- c) à - à - à - à - há - às.
- d) a - a - a - à - a - às.

**33.** No que se refere ao emprego da pontuação, considere as afirmativas a seguir:

- I. Em "A possibilidade de ser conhecido nunca foi tão acessível como agora, e os usuários anônimos que cada dia dedicam mais tempo a ser observados..." (1º parágrafo), utiliza-se a vírgula para separar orações com sujeitos distintos.
- II. Em "Parte de nossa identidade – especialmente na puberdade e na adolescência – é configurada pela relação com nossos pares." (2º parágrafo), empregam-se travessões para transcrever discurso alheio.
- III. Em "As novas tecnologias nos oferecem a possibilidade de desenhar um novo eu, o digital, que podemos idealizar e controlar: escolhemos o que mostrar, que imagem dar." (2º parágrafo), inserem-se dois pontos para incluir explicação que amplia a ideia exposta na sentença.
- IV. Em "Precisamos de seguidores. O verdadeiro valor do 'curtir' é confirmar que nossas ações são observadas e avaliadas positivamente." (2º parágrafo), as aspas estão destacando termo coloquial/informal.
- V. Em "Cada nova curtida reforça um comportamento que nos leva a repeti-la; precisamos de mais e mais e mais..." (3º parágrafo), emprega-se o ponto e vírgula para separar orações com estrutura paralela.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) II, IV e V.

**34.** Com base nas convenções próprias do registro formal escrito, leia as afirmações a seguir, marcando (V), para as verdadeiras, e (F), para as falsas.

- ( ) Em "...os usuários anônimos que cada dia dedicam mais tempo a ser observados, admirados e valorizados já se contam aos milhões." (1º parágrafo), a presença do "se" sinaliza caso de indeterminação do sujeito, tornando imprópria a flexão do verbo que o segue.
- ( ) Em "Mas a criação e a manutenção dessa aparência tem um preço..." (2º parágrafo), o verbo destacado está flexionado adequadamente, uma vez que o sujeito é constituído por um único núcleo.
- ( ) Em "Para que nossa imagem digital corresponda ao que desejamos ser, só se tem de fazer isso..." (3º parágrafo), o emprego do pronome em destaque corresponde a um adequado recurso de coesão referencial.
- ( ) Em "...tendem a estabelecer regras sobre as coisas cujo conteúdo mais 'curtimos'." (6º parágrafo), o pronome relativo destacado é compatível com a estrutura frasal empregada, dada a relação de posse entre os termos "conteúdo" e "as coisas".

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) V - V - V - F.
- b) F - F - V - F.
- c) V - V - F - V.
- d) F - F - F - V.



**35.** Analise as afirmações feitas sobre a palavra destacada nas frases a seguir.

- I. Em "...de acordo com a forma como nos sentimos conosco..." (2º parágrafo), a palavra destacada funciona como um pronome relativo, podendo ser substituída por "pela qual".
- II. Em "E isso acaba funcionando como uma droga." (2º parágrafo), a palavra destacada é uma conjunção adverbial conformativa e pode ser substituída por "conforme".
- III. Em "Como gerenciar e controlar esse vício?" (6º parágrafo), a palavra em destaque possui função adverbial de modo.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III.

## LEGISLAÇÃO

**36.** Segundo a Lei 11.091/05, a posição do servidor na Matriz Hierárquica dos Padrões de Vencimento em decorrência da capacitação profissional para o exercício das atividades do cargo ocupado, realizada após o ingresso, e o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor, constituem definições respectivamente, de

- a) Progressão Funcional e Plano de Carreira.
- b) Nível de Capacitação e Cargo.
- c) Nível de Classificação e Plano de Carreira.
- d) Padrão de Vencimento e Cargo.

**37.** José, Assistente em Administração, opõe resistência injustificada ao andamento de execução de serviços e João, Administrador, coage seus subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical.

Neste caso, nos termos da Lei 8.112/90, os servidores estão sujeitos respectivamente às penalidades de

- a) advertência e demissão.
- b) demissão e suspensão.
- c) suspensão e advertência.
- d) advertência e advertência.

**38.**A luz da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale (V), para as verdadeiras, e (F), para as falsas.

- ( ) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- ( ) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- ( ) É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria para cargos acumuláveis à conta do regime de previdência dos servidores públicos.
- ( ) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) F – V – V – F.
- b) V – V – F – F.
- c) F – F – V – V.
- d) V – F – F – V.

**39.**Com relação a Lei Federal no 9.784/1999, que regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, analise as assertivas abaixo:

- I. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- II. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- III. O prazo para interposição de recurso administrativo, salvo disposição legal específica, é de 10 dias, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.
- IV. A contagem dos prazos processuais estabelecidos em dias, computar-se-ão em dias úteis.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

**40.** Segundo o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado ao Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

- I. Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- II. Ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração do Código de Ética do Servidor Público ou ao Código de Ética de sua profissão.
- III. Apresentar-se embriagado fora do serviço habitualmente.
- IV. Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.